



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Redecard S.A. de acordo com as regras contábeis aplicáveis elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, aprovados pela CVM, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, e com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards" - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Board" - IASB, as interpretações do Comitê de Pronunciamento das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee" - IFRIC), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e às reconciliações de exercícios de 01/01/2009 e 31/12/2009, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

Ambiente econômico

O PIB brasileiro encerrou 2010 com crescimento superior a 7%, melhor resultado desde 1986. Esse dado reflete a consolidação da recuperação da economia nacional, após um impacto intenso, embora relativamente breve, da crise financeira global. Essa recuperação se deu principalmente pelo bom desempenho dos investimentos e do consumo doméstico, que foram impulsionados por medidas de incentivo do governo. Dentre as medidas adotadas, merecem destaque as desonerações tributárias temporárias (redução do IPI) para alguns segmentos, a ampliação do crédito público e os estímulos ao crédito privado. O mercado de trabalho foi destaque em 2010, com geração líquida de 2,5 milhões de empregos formais concentrada em serviços e no comércio, proporcionando um aumento da massa salarial, que aliada à confiança do consumidor, proporcionou forte demanda para o consumo das famílias. Estima-se que o comércio varejista apresente crescimento próximo a 10% em termos reais, conforme dados preliminares do IBGE.

O cenário mundial também encerrou 2010 de maneira positiva, com as economias mais maduras mostrando recuperação mais consistente e as emergentes liderando o crescimento global. Em 2011, deveremos assistir a continuidade do processo de consolidação do crescimento nos países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, a uma moderação no ritmo de expansão dos emergentes, incluindo o Brasil. Com efeito, o governo brasileiro já retirou boa parte dos estímulos adotados durante a crise e deverá dar maior peso ao controle da inflação e dos gastos públicos neste ano.

Panorama setorial

Para a indústria brasileira de meios eletrônicos de pagamentos, o ano de 2010 foi marcado pela abertura da atividade de credenciamento em 1º de julho que resultou em um novo ambiente concorrencial. Observou-se, também, o atendimento a todas as demais recomendações publicadas pelo Banco Central do Brasil em conjunto com a Secretária de Direito Econômico e a Secretária de Acompanhamento Econômico: (i) Interoperabilidade dos terminais de captura de transações, em que as empresas adquirentes se prepararam para aumentar o seu portfólio de bandeiras capturadas nos POS; (ii) Neutralidade nas atividades de compensação e liquidação, com a CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) passando a ser agente de liquidação; (iii) Fortalecimento de esquemas nacionais de cartões de débito com o anúncio de uma nova bandeira brasileira a ser desenvolvida por instituições financeiras nacionais; (iv) Transparência na definição da tarifa de intercâmbio. Como decorrência dos eventos acima, a indústria contou com a entrada de novas credenciadoras.

De acordo com os dados preliminares da ABCEC (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), a quantidade de cartões emitidos no país, somados os de funções de crédito, de débito e os de loja e rede, ultrapassaram 628 milhões de unidades, representando crescimento aproximado de 11% sobre a base de dezembro de 2009. Com expressivos índices de crescimento do mercado de cartões no Brasil, o setor movimentou R\$ 538 bilhões em 2010, segundo os dados preliminares da ABCEC. O volume financeiro cresceu 21%.

Desempenho da companhia

A Redecard preparou-se para a abertura de mercado e como resultado obteve sucesso na captura das transações de débito e crédito da bandeira Visa a partir de 1º de julho.

Como decorrência dessa abertura, criou-se um novo ambiente concorrencial, para o qual a Redecard realizou uma série de iniciativas orientadas à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos a seus Clientes.

A Companhia segmentou sua base de Clientes e criou duas diretorias, a de grandes e médios Clientes e a de varejo, para melhor atendê-los. Foram reforçadas as equipes nas áreas comerciais e de suporte de negócios que contaram com investimentos em pessoas. Para estreitar o relacionamento com seus Clientes, a Companhia investiu em diversos canais, como call center, portal internet, estrutura de sua força de vendas própria e na manutenção dos estabelecimentos. Com o novo cenário e diante dos desafios de: (i) evoluir do modelo de captura de transações para um modelo de rede de serviços, (ii) agregar valor aos estabelecimentos, e (iii) expandir e manter a base de estabelecimentos, a Companhia reforçou a sua Proposta de Valor:

- Segurança em primeiro lugar:** investimentos contínuos a fim de garantir confiabilidade no meio de pagamento eletrônico e, como resultado, potencializar as vendas dos Clientes. A Companhia propiciou a revitalização da estrutura de captura através de soluções de tecnologia Pin Pad para os grandes e médios Clientes e com as maquininhas para o varejo, trazendo benefícios de segurança, atualização de software e valor agregado de conveniência; pelo 2º ano consecutivo obteve a certificação PCI DSS (Payment Card Industry Data Security Standard). A certificação foi criada pelo PCI SSC, um conselho fundado pelas maiores bandeiras internacionais de cartões de pagamentos, com a finalidade de aumentar a segurança das transações eletrônicas e proteger os dados dos portadores de cartões.
- Aquirente multibandeira:** a Companhia celebrou parcerias com seis novas bandeiras e realizou investimentos para que seus Clientes pudessem alcançar ainda mais portadores e atender às especificidades regionais.
 - Hipercard** - maior bandeira brasileira, com cerca de 8% de participação no mercado nacional e forte presença nas regiões Nordeste e Sul do país.
 - Sorocred** - bandeira com presença no interior do Estado de São Paulo.
 - Coopercred** - bandeira com presença no estado do Paraná.
 - Sicredi** - bandeira com presença nas regiões Sul e Centro-Oeste.
 - China UnionPay** - conta com cerca de 2,2 bilhões de cartões emitidos, uma das maiores bandeiras de cartões do mundo.
 - AVISTA** - bandeira com presença nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.
- Pré-pagamento:** A fim de dar acesso a capital de giro de forma conveniente a seus Clientes, a Redecard oferece vários canais de solicitação de pré-pagamento como internet, call center e de forma automática. Em 2010, a Companhia atingiu um volume de R\$ 28,6 bilhões de pré-pagamento, ou 24,1% superior ao de 2009.
- Inovação:** a Redecard segue na vanguarda da inovação de produtos e serviços com o objetivo de levar mobilidade aos Clientes atuais e também ampliar o uso dos meios eletrônicos de pagamentos para novos segmentos de negócio. Lançou o Redecard Celular, um sistema de pagamento que permite que o telefone móvel possa ser usado como cartão de crédito, substituindo o dinheiro de plástico. Além disso, o Redecard Móvel, produto que transforma o celular em maquininha, continua sendo líder no mercado e busca atender os segmentos em que o cartão ainda tem pouca penetração, a exemplo da venda direta e distribuição.
- Rede de serviços:** a Companhia ampliou a oferta de serviços aos Clientes, ao celebrar uma parceria inédita com a Multiplus; com isso, o participante do programa de fidelidade poderá consultar, acumular e resgatar seus pontos por meio da maquininha da Redecard, e os Clientes passarão a receber um maior número de consumidores, gerando negócios para todos os envolvidos.

Para expandir e manter a base de estabelecimentos, adicionalmente às realizações acima, a Companhia focou em: (i) novos segmentos, (ii) novas parcerias com bancos, e (iii) estruturar a força de vendas própria.

- Novos segmentos:** a Companhia foi a pioneira em desenvolver novos segmentos para aceitação do uso do cartão, tais como: profissionais liberais, educação, construção, distribuição e vendas porta-a-porta.
- Novas parcerias com bancos:** A Redecard realizou parcerias com importantes bancos que trouxeram abrangência geográfica a Redecard. Já para os Clientes dos bancos, essas parcerias oferecem celeridade de acesso aos benefícios do Sistema Redecard.
- Estruturar a força de vendas própria:** a Companhia intensificou o volume de novos credenciamentos, dos quais cerca de 50% se deram por meio da força de vendas própria.

Ao longo de 2010, a Companhia reforçou seu posicionamento de marca e intensificou seus investimentos em marketing através da nova campanha publicitária. Lançou seu mascote: a maquininha (POS) que se transforma em um cachorrinho e assim, posicionou-se como a amiga do lojista.

Resultado operacional

A Receita de Serviços Líquida, em 2010, totalizou R\$ 2,6 bilhões, representando um crescimento de 8,0% sobre 2009 em função da captura de R\$ 184,1 bilhões em transações com cartões de crédito e débito, representando um aumento de 24,4% em relação a 2009. A quantidade de transações capturadas e processadas foi de 2,3 bilhões de transações, representando um aumento de 16,8% sobre 2009.

Os custos dos serviços prestados, em 2010, apresentaram um aumento de R\$ 74,7 milhões ou 13,2% em relação ao ano anterior. O aumento no custo de serviços prestados foi decorrente de: (i) crescimento do volume de transações de crédito e débito da maior quantidade de equipamentos instalados e de maior número de atendimentos telefônicos; (ii) estratégias de serviços aos Clientes, tais como melhorias em call center e manutenção de estabelecimentos; e (iii) novas iniciativas, como início da captura da bandeira Visa e de novos credenciamentos.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2010

					(em milhares de reais)				
Ativo	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Passivo	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	152.609	131.088	125.340	Contas a pagar a estabelecimentos	5.3	20.143.418	15.446.731	12.906.968
Contas a receber de bancos emissores	5.2.a	22.299.728	16.904.115	14.156.912	Valores a repassar as bandeiras	5.4	45.315	37.302	33.064
Outras contas a receber	5.2.b	99.480	102.765	82.732	Valores a repassar aos bancos domiciliadores	5.5	22.153	-	-
Adiantamento a terceiros e funcionários		3.057	433	5.191	Fornecedores		28.664	22.640	13.589
Despesas antecipadas	6	1.708	34.703	1.650	Obrigações trabalhistas		45.519	39.831	42.030
Total ativo circulante		22.556.582	17.173.104	14.371.825	Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.a	143.273	162.227	149.505
Não circulante					Outras obrigações tributárias	10.b	33.090	31.672	32.544
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	5.6	190.625	186.958	194.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	60.693	42.028	37.499	Notas promissórias	5.6	776.737	-	-
Depósitos judiciais	21.b	14.292	13.330	12.421	Juros sobre capital próprio		22.560	22.204	17.868
Imobilizado	8	286.576	221.863	211.722	Outras contas a pagar		101.816	61.492	38.692
Intangível	9	61.113	8.868	11.139	Total passivo circulante		21.553.170	16.011.057	13.428.716
Total ativo não circulante		422.674	286.089	272.781	Não circulante				
					Provisões para contingências	21	24.962	20.954	28.714
					Empréstimos e financiamentos	5.6	559	-	-
					Total passivo não circulante		25.521	20.954	28.714
					Patrimônio líquido	12			
					Capital social		568.261	473.551	473.551
					Reservas de lucros		833.686	954.711	712.924
					Ajustes de avaliação patrimonial - Plano de opção de ações		4.205	2.434	701
					Ações em tesouraria		(5.587)	(3.514)	-
					Total do patrimônio líquido		1.400.565	1.427.182	1.187.176
					Total do passivo e do patrimônio líquido		22.979.256	17.459.193	14.644.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

											(em milhares de reais)	
											Reservas de lucros	
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucro	Reserva estatutária	Reserva de dividendo adicional proposto	Ajustes de avaliação patrimonial - plano de opção de ações	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 01 de janeiro de 2009		473.551	94.710	154.000	-	464.214	701	-	-	1.187.176		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.394.560	1.394.560		
Plano de compra de ações		-	-	-	-	-	1.733	-	-	1.733		
Movimentações de ações em tesouraria		-	-	(2.093)	-	-	-	(3.514)	-	(5.607)		
Transferência para reserva estatutária		-	-	(151.907)	151.907	-	-	-	-	-		
Dividendos pagos		-	-	-	-	(464.214)	-	-	-	(464.214)		
Proposta para a destinação do lucro:												
Juros sobre capital próprio intermediário	15	-	-	-	-	-	-	-	(26.904)	(26.904)		
Dividendos intermediários	15	-	-	-	-	-	-	-	(633.540)	(633.540)		
Juros sobre capital próprio complementar	15	-	-	-	-	-	-	-	(26.022)	(26.022)		
Reserva de dividendo adicional proposto	12.e	-	-	-	-	708.094	-	-	(708.094)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2009		473.551	94.710	-	151.907	708.094	2.434	(3.514)	-	1.427.182		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.399.962	1.399.962		
Plano de compra de ações		-	-	-	-	-	1.771	-	-	1.771		
Movimentações de ações em tesouraria		-	-	-	(1.007)	-	-	(2.073)	-	(3.080)		
Capitalização da reserva legal	12.c	94.710	(94.710)	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos pagos		-	-	-	-	(708.094)	-	-	-	(708.094)		
Proposta para a destinação do lucro:												
Constituição da reserva legal	12.c	-	69.998	-	-	-	-	-	(69.998)	-		
Juros sobre capital próprio intermediário	15	-	-	-	-	-	-	-	(26.299)	(26.299)		
Dividendos intermediários	15	-	-	-	-	-	-	-	(664.482)	(664.482)		
Juros sobre capital próprio complementar	15	-	-	-	-	-	-	-	(26.395)	(26.395)		
Reserva de dividendo adicional proposto	12.e	-	-	-	-	612.788	-	-	(612.788)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2010		568.261	69.998	-	150.900	612.788	4.205	(5.587)	-	1.400.565		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REDECARD

Amiga do lojista.



Redecard S.A.

CNPJ nº 01.425.787/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	(em milhares de reais)	2010	2009
Nota		2010	2009
Receita operacional líquida		2.618.268	2.423.344
Crédito		1.356.659	1.270.770
Débito		396.004	353.024
Aluguel de equipamentos		734.966	690.497
Outros		130.639	109.053
Custo dos serviços prestados		(639.263)	(564.577)
Custo dos serviços prestados	17	(505.558)	(448.992)
Depreciação e amortização	17	(133.705)	(115.585)
Lucro bruto		1.979.005	1.858.767
Despesas e receitas operacionais		(512.138)	(384.348)
Pessoal	18.a	(217.042)	(155.682)
Administrativas	18.b	(133.572)	(103.124)
Marketing		(82.292)	(71.120)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2.c	(33.266)	(31.940)
Outras despesas operacionais	18.c	(45.966)	(22.482)
Resultado antes do resultado financeiro		1.466.867	1.474.419
Resultado financeiro		608.784	594.770
Receitas financeiras	19	922.829	764.885
Despesas financeiras	19	(314.045)	(170.115)
Resultado operacional		2.075.651	2.069.189
Outras receitas		1.354	209
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.077.005	2.069.398
Imposto de renda e contribuição social		(677.043)	(674.838)
Corrente	20	(695.708)	(679.367)
Diferido	7.c	18.665	4.529
Lucro líquido do exercício		1.399.962	1.394.560
Lucro líquido por ação - Básico/diluído - (R\$)	14	2,0810	2,0724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	(em milhares de reais)	2010	2009
Fluxo de caixa proveniente das operações		2.077.005	2.069.398
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.077.005	2.069.398
Ajustes para reconciliar o lucro antes do IRPJ e CSLL com os recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		143.162	125.310
Resultado na venda de imobilizado		(1.354)	(209)
Plano de opção de ações		1.771	1.733
Juros sobre notas promissórias		52.737	-
Juros sobre empréstimos e financiamento		3.475	(7.588)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de bancos emissores e outras contas a receber		(5.392.328)	(2.767.236)
Depósitos judiciais		(962)	(909)
Despesas antecipadas e adiantamentos		30.371	(28.295)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Contas a pagar a estabelecimentos		4.696.687	2.539.763
Valores a repassar as bandeiras		8.013	4.238
Valores a repassar aos bancos domiciliadores		22.153	-
Fornecedores		6.024	9.051
Pessoal, encargos e benefícios sociais		5.688	(2.199)
Outras contas a pagar		40.324	22.800
Tributos a pagar		(6.204)	(781)
Provisões para contingências		4.008	(7.760)
Caixa gerado nas operações		1.690.570	1.957.316
Imposto de renda e contribuição social pagos		(714.662)	(666.646)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		975.908	1.290.670
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Recursos provenientes da alienação de imobilizado		2.812	3.016
Aquisição de imobilizado e intangível		(261.578)	(135.987)
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento		(258.766)	(132.971)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Empréstimos e financiamentos		751	-
Notas promissórias		724.000	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(1.417.292)	(1.146.344)
Ações em tesouraria		-	-
Recompra		(9.730)	(15.654)
Venda		6.650	10.047
Caixa (aplicado) nas atividades de financiamento		(695.621)	(1.151.951)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		21.521	5.748
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		131.088	125.340
Saldo final		152.609	131.088
		21.521	5.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	(em milhares de reais)	2010	2009
Receitas		2.812.150	2.610.330
Prestação de serviços		2.844.062	2.642.061
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(33.266)	(31.940)
Alienação de imobilizado e investimentos		1.354	209
Consumos adquiridos de terceiros		(750.357)	(629.035)
Custo dos serviços prestados		(505.558)	(448.992)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(244.799)	(180.043)
Valor adicionado bruto		2.061.793	1.981.295
Retenções			
Depreciação e amortização		(143.162)	(125.310)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.918.631	1.855.985
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras - Líquidas		608.784	594.770
Valor adicionado a distribuir		2.527.415	2.450.755
Distribuição do valor adicionado		1.127.453	1.056.195
Pessoal e administradores		185.584	135.822
Tributos		934.314	913.886
Federais		913.953	895.535
Municipais		20.361	18.351
Aluguéis		7.555	6.487
Acionistas		1.399.962	1.394.560
Juros sobre capital próprio		52.694	52.926
Dividendos		664.482	633.540
Lucros retidos		682.786	708.094
Valor adicionado distribuído		2.527.415	2.450.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A **REDECARD S.A.** (Companhia), empresa controlada pelo Itaú Unibanco Holding S.A., possui sede na Avenida Marcos Pentadeo de Ulhoa Rodrigues nº 939, loja 1 - 12º ao 14º andar, Tamboré, município de Barueri, no Estado de São Paulo. Iniciou suas operações em 1º de novembro de 1996, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 11 de julho de 2007, tendo como objeto principal a operação de aquisição das transações com os cartões de crédito das bandeiras MasterCard®, MasterCard Electronic® e Diners Club International®, e com os cartões de débito das bandeiras MasterCard Maestro® e Redeshop. A partir de 1º de julho de 2010, a Redecard, passou a atuar como um membro Visa e iniciou a captura dessa bandeira na modalidade de débito e crédito. Em 12 de maio de 2010, a Redecard fechou acordo operacional com o Hipercard Banco Múltiplo S.A., e em 08 de setembro de 2010, passou a capturar a bandeira Hipercard. Atualmente, a Redecard possui em seu portfólio 12 bandeiras de cartões de crédito e débito e 10 de cartões de benefícios (vouchers).

Com o objetivo de manter-se como uma das líderes da indústria, a Redecard firmou parcerias com a Caixa Econômica Federal, Banco Triângulo S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Safra S.A., Sorocred Meios de Pagamentos Ltda. e Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo, unindo esforços, competências, recursos e *know-how*, para o desenvolvimento e adequação de modelo de negócio que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao sistema Redecard. O modelo de negócio de aquisição da Redecard compreende o credenciamento de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento, bem como a captura, o processamento e liquidação financeira das transações com os cartões de crédito e de débito das bandeiras mencionadas.

Além de processar as operações de crédito e débito, a Redecard oferece uma variedade de produtos e serviços a seus clientes. Entre eles estão o serviço de consulta de cheques e a captura e transmissão de transações com cartões de benefícios (*voucher*) ou de lojas (*private label*). A Redecard oferece também a possibilidade do recebimento Antecipado de Vendas (RAV) aos estabelecimentos.

As operações da Redecard incluem os seguintes tipos de serviços:

- Cartões de crédito e débito: captura, transmissão, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões com as bandeiras mencionadas. Pela prestação desses serviços, a Redecard cobra dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tem por objetivo: (i) remunerar o emissor dos cartões de crédito e débito e bandeira mediante repasse de uma taxa denominada taxa de intercâmbio; e (ii) remunerar os serviços prestados pela Redecard.
- Pré-pagamento das transações com cartões de crédito mediante solicitações dos estabelecimentos e somente sobre as transações já capturadas e processadas.
- Locação dos equipamentos *Point of Sale* (POS, POO e Pin Pad), de propriedade da Redecard e utilizados pelos estabelecimentos para a captura eletrônica das suas transações.
- Serviços prestados para empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*. As receitas da Redecard são constituídas de tarifas cobradas de emissores dos cartões de benefícios e dos cartões *private label*.
- Prestação de serviço aos estabelecimentos de consultas de cheques recebidos dos seus clientes utilizando-se dos equipamentos alugados da Companhia. A receita da Redecard é constituída de tarifas cobradas diretamente dos estabelecimentos.

A Companhia celebrou em 18 de junho de 2007, um contrato com a BM&FBovespa objetivando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado. As Companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a níveis elevados de governança corporativa e de divulgação de informações, os quais são revisados periodicamente de modo a incorporar evoluções das companhias e do mercado. Conforme comunicado externo BM&FBovespa nº 021/2009-DP, no contexto do processo de convergência das normas nacionais aos padrões internacionais para a elaboração das demonstrações financeiras, as companhias listadas no Novo Mercado deverão apresentar, para o exercício findo em 2010, comparativamente a 2009, as demonstrações financeiras de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS).

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 02 de fevereiro de 2011.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício, estão descritas na nota 25.d.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a diretoria executiva.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas nos estabelecimentos com cartões de crédito e de débito emitidos por instituições no exterior, licenciadas pelas bandeiras.

2.4 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis, representados por contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros, representados principalmente por contas a pagar a estabelecimentos e empréstimos e financiamentos, não são classificados ao valor justo por meio do resultado, uma vez que não são assim designados ou mantidos para negociação.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas.

b. Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos

Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos são ativos e passivos financeiros respectivamente, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos e passivos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras MasterCard, Visa, Diners Club International e outras.

O saldo de contas a receber de bancos emissores está líquido das taxas de intercâmbio cobradas pelos próprios bancos emissores. O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está deduzido, além das taxas de intercâmbio, das taxas cobradas pela Companhia e pelas bandeiras.

c. Outras contas a receber

Referem-se, basicamente, a: (i) valores a receber de clientes parceiros pelos serviços prestados mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*, normalmente emitidos por sociedades financeiras; (ii) valores a receber dos estabelecimentos credenciados referentes a: a) locação dos equipamentos de captura eletrônica de transações; b) transações com cartão de crédito e de débito contestadas pelos emissores; e c) pela prestação de serviços de consultas de cheques por meio dos equipamentos alugados pela Companhia.

d. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

Estão demonstrados pelos valores liberados pelas instituições financeiras, acrescidas dos encargos contratuais.

e. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para devedores duvidosos (*impairment*), conforme aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido significativamente transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. As contas a pagar a estabelecimentos são inicialmente reconhecidas a valor justo e subsequentemente mensuradas a custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescidos dos encargos contratuais. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

f. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Inatividade ou desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.5 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, incluindo, principalmente, contratos de manutenção de software, gastos com campanhas de marketing, contemplando anúncios em mídia impressa e eletrônica, incluindo inserções em emissoras de rádio e televisão.

2.6 Imobilizado

O ativo imobilizado está apresentado pelo custo de aquisição deduzida a depreciação. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Os gastos decorrentes da reposição de um componente de um item do imobilizado são capitalizados somente quando representam alterações na vida útil, enquanto os demais gastos dessa natureza são registrados diretamente no resultado. A obsolescência tecnológica é o principal fator para a determinação da vida útil.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas" na demonstração do resultado.

2.7 Intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.9 Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594 de 15 de setembro de 2009. Tais valores decorrem de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e pela própria Companhia, mediante ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e por advogados internos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências são classificadas entre: (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A provisão desses tributos está apresentada na rubrica "imposto de renda e contribuição social a recolher". Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o art. 1º da Instrução CVM nº 371 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, sendo apresentadas na rubrica "imposto de renda e contribuição social diferidos". As informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas considerando as regras do Regime Tributário de Transição - RTT, que neste momento, não resultaram em quaisquer efeitos tributários.

2.11 Benefícios a empregados - obrigações de aposentadoria

A Companhia responde por 100% do custo do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de benefício definido (Plano de Aposentadoria). Adicionalmente, participa com 50% das contribuições feitas pelos empregados que optarem pelo plano de benefícios previdenciários na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria Suplementar), contabilizado no resultado pelo regime de competência no grupo "despesas com pessoal". A Companhia reestruturou o benefício de previdência complementar oferecido aos seus empregados e implantou um novo Plano de Previdência, na modalidade de contribuição definida.

Os planos atuais estão fechados a novas adesões e os atuais participantes terão a opção de migração para o novo plano. A migração e as adesões ao novo plano ocorrerem a partir de janeiro de 2011.

2.12 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o capítulo VI, art. 29, letra b do Estatuto Social, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios correspondem a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo art. 20



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro, as quais podem diferir dos casos reais, quando incorridos.

a. Provisão para impairment de outras contas a receber

A provisão para impairment de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas análises de riscos de realização dos créditos a receber, inadimplência e inatividade de estabelecimentos, e está demonstrada em montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas. Inadimplência e inatividade definida para compor o valor em risco contemplam todos os valores vencidos há mais de 60 dias.

b. Reconhecimento das provisões das parcerias com bancos domiciliadores

A Companhia firmou contratos de parcerias com diversos bancos com o objetivo de unir esforços, competências, recursos e know-how, para o desenvolvimento do novo modelo de negócio, que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard. A remuneração é constituída com base em cumprimento de metas de faturamento com transações de cartões de pagamentos nos estabelecimentos que mantêm domicílio bancário junto ao banco parceiro.

c. Participação nos lucros

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

d. Benefícios de planos de pensão

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As tábuas de mortalidade (AT-2000) são utilizadas nas avaliações periódicas dos planos de previdência para projetar a evolução da população ao longo do tempo. A construção de tábuas de mortalidade, por sua vez, costuma ter por base a experiência de grandes grupos ao longo de um período razoável, usualmente em torno de 5 anos.

e. Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em opções de compra de ações. Os planos de remuneração reconhecem essa remuneração como contraprestação dos serviços prestados por esses executivos e há carência de um ano até o primeiro exercício. A deliberação da CVM nº 562 aprovou e tornou obrigatório o CPC 10 - "Pagamentos baseados em Ações", que trata dos procedimentos para reconhecimento e divulgação das transações com pagamentos baseados em ações.

f. Ajuste a valor presente

A deliberação da CVM nº 564 aprovou e tornou-se obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 12 - "Ajuste a Valor Presente", que trata de ajuste a valor presente dos valores realizáveis e exigíveis a longo prazo e no curto prazo, se relevantes. Considerando a magnitude dos valores, demonstrados nas rubricas "Contas a receber de bancos emissores" e "Contas a pagar a estabelecimentos", o cálculo do ajuste a valor presente (AVP) foi objeto de estudo pela Administração e seu efeito financeiro líquido não apresentou impacto relevante para sua aplicação nas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas contabilmente.

A gestão de risco é realizada pela diretoria de finanças, apoiada nas políticas da Companhia. Conta com um grupo de gerenciamento de riscos financeiros que toma decisões de forma colegiada. O Grupo de Avaliação e Acompanhamento de Ativos e Passivos Financeiros é responsável por acompanhar e avaliar as eventuais exposições a riscos cambiais, taxa de juros e liquidez. O colegiado é formado pelo diretor de finanças, diretores não estatutários e gerentes das áreas de tesouraria e de controladoria da Companhia. De acordo com Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, aprovar previamente os limites para contratações de operações financeiras, incluindo instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não manteve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos, sejam especulativos ou para fins de proteção (hedge).

a. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos tomados indexados à variação da taxa de juros para os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). A exposição sobre os instrumentos financeiros sujeitos a taxas de juros em 31 de dezembro de 2010, resume-se aos contratos de capital de giro mantidos com instituições financeiras no Brasil, no montante de R\$ 190,6 milhões (2009: R\$ 186,9 milhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 194,5 milhões), pelo prazo de até 168 dias corridos, e Notas Promissórias emitidas em 28 de abril de 2010 com posição total de R\$ 776,7 milhões e vencimentos finais em março e abril de 2011. A taxa média ponderada das captações representa em 31 de dezembro de 2010 aproximadamente 103,35% do CDI (2009: 104,0% do CDI; 1º de janeiro de 2009: 109,0% do CDI).

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, segundo avaliação efetuada pela Administração e considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações trimestrais, não foram identificados impactos materiais sobre os instrumentos financeiros sujeitos às variações em taxas de juros CDI, resultantes de análise de sensibilidade com base nos cenários estabelecidos por aquela instrução.

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus empréstimos e financiamentos são denominados em reais. Há risco cambial não relevante sobre as transações com cartões de crédito emitidos no exterior e capturadas nos estabelecimentos credenciados no país. Os portadores efetuam compras no Brasil e essas são direcionadas para os bancos emissores no exterior, por intermédio das respectivas bandeiras.

Quando da obtenção da autorização, os sistemas das bandeiras fazem a conversão do valor da transação em reais para o dólar, utilizando um referencial de conversão baseado na taxa média de todos os negócios com dólares realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio (PTAX) do dia anterior ao da realização da transação. A Companhia recebe o valor em dólar, em uma conta corrente bancária no exterior, no segundo dia útil da data da transação. Diariamente, a Companhia faz a venda do dólar que está disponível na sua conta corrente bancária no exterior. Portanto, o risco cambial é de dois dias sobre o valor dessas transações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o valor das transações realizadas com cartões de crédito emitidos no exterior representou 0,80% (2009: 0,94%) do valor total das transações realizadas com cartões de crédito capturadas pela Companhia.

b. Risco de liquidez e gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas. Conforme descrito na nota 1.b, a Companhia tem por prática realizar o pré-pagamento das transações com cartões de crédito, mediante solicitação dos estabelecimentos e com a aplicação de uma taxa de desconto sobre os respectivos fluxos futuros de pagamentos. Essas operações geram intrinsicamente descasamentos de curto prazo entre o contas a pagar a estabelecimentos e o contas a receber de bancos emissores.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional e estrangeira, são elaboradas projeções diárias dos principais componentes do ativo e passivo da Companhia, além do capital próprio, sendo monitoradas diariamente pela tesouraria, minimizando quaisquer descasamentos futuros de caixa na Companhia.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, que são utilizados nas estratégias da tesouraria por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa conforme contratados e atualizados até a data.

	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos	190.432		
Financiamentos	193	192	367
Notas Promissórias	776.737		
Em 31 de dezembro de 2009			
Empréstimos	186.958		
Em 1º de janeiro de 2009			
Empréstimos	194.546		

Os demais passivos financeiros (nota 5), possuem prazos de vencimento de até um ano e estão apresentados no balanço patrimonial por valores que aproximam-se dos respectivos montantes contratuais.

A Companhia mantém linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras de primeira linha e reserva de liquidez composta por limite de crédito contratado e não utilizado, de R\$ 105,0 milhões (2009: R\$ 85,0 milhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 85 milhões), e aplicações financeiras com liquidez diária no volume de R\$ 135,5 milhões (2009: R\$ 126,8 milhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 115,1 milhões). Adicionalmente, a Companhia se utiliza das antecipações do saldo de contas a receber com os respectivos bancos emissores, a fim de recompor o seu caixa na gestão diária de liquidez.

c. Risco de crédito

Risco de crédito dos emissores

O saldo de contas a receber de bancos emissores representa os valores das transações efetuadas por portadores de cartões de crédito emitidos pelas instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras e são garantidos por elas ou por fianças bancárias em volume condizente com o risco estimado, em caso de inadimplência. Essas garantias estão estipuladas nos regulamentos emitidos pelos sistemas de bandeiras ou em acordos locais assinados com as bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 22,3 bilhões (2009: R\$ 16,9 bilhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 14,2 bilhões).

Risco de crédito dos estabelecimentos

A Companhia, além de seguir as regras das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes e problemas de performance por parte dos estabelecimentos (venda sem entrega dos bens e serviços). O valor total de contas a pagar a estabelecimentos em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 20,1 bilhões (2009: R\$ 15,4 bilhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 12,9 bilhões).

Risco de crédito de bancos para investimentos

A Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha, mensurados por agências de risco internacionalmente reconhecidas, e não manter investimentos concentrados em um único grupo econômico. Em 31 de dezembro, as aplicações financeiras com liquidez diária e atreladas à variação do CDI representam R\$ 135,5 milhões (2009: R\$ 126,8 milhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 115,1 milhões).

Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos. Os planos para contingência estão formalizados pela Administração, o que permitiria à Redecard recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como, interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia.

Em 2010, a Companhia obteve a recertificação internacional PCI DSS (Payment Card Industry Data Security Standard Council), que credencia a Redecard como empresa de aquisição que atende, em sua plenitude, às regras de segurança da informação estabelecidas pelas bandeiras e implantou medidas adicionais para a proteção das transações e informações corporativas.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber de bancos emissores	22.299.728	16.904.115	14.156.912
Outras contas a receber	99.480	102.765	82.732
Caixa e equivalentes de caixa	152.609	131.088	125.340
Outros passivos financeiros			
Contas a pagar a estabelecimentos	20.143.418	15.446.731	12.906.968
Valores a repassar às bandeiras	45.315	37.302	33.064
Valores a repassar aos bancos domiciliadores	22.153	-	-
Fornecedores	28.664	22.640	13.589
Empréstimos e financiamentos	191.184	186.958	194.546
Notas promissórias	776.737	-	-
Outras contas a pagar	101.816	61.492	38.692

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Recursos em bancos e em caixa	17.144	4.283	10.191
Depósitos bancários de curto prazo	135.465	126.805	115.149
Total	152.609	131.088	125.340

São representados, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDBs) efetuados junto as instituições financeiras, com liquidez diária e atualizados com base na variação do CDI.

5.2 Contas a receber de bancos emissores e demais contas a receber

a. Contas a receber de bancos emissores

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Bancos emissores - partes relacionadas	9.181.603	8.158.911	5.786.461
Outros bancos emissores	13.118.125	8.745.204	8.370.451
Total	22.299.728	16.904.115	14.156.912

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de bancos emissores no valor de R\$ 22,3 bilhões (2009: R\$ 16,9 bilhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 14,2 bilhões) não estão sujeitas à avaliação de impairment (Nota 4.c).

b. Outras contas a receber

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Aluguel de equipamentos	82.809	84.393	90.401
Transações com cartões de crédito e débito contestadas, a receber de estabelecimentos	15.232	18.468	7.617
MasterCard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda.	7.829	6.360	7.815
Serviços prestados aos bancos emissores e parceiros	6.005	4.584	3.088
Outros serviços prestados a estabelecimentos	4.504	4.041	1.904
Provisão para impairment	(16.899)	(15.081)	(28.093)
Outras contas a receber, líquidas	99.480	102.765	82.732

c. Movimentações na provisão para impairment

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Em 1º de janeiro	(15.081)	(28.093)	(20.434)
Provisão para impairment de contas a receber	(33.266)	(31.940)	(17.224)
Contas a receber de estabelecimentos, baixadas durante o exercício como incobráveis	31.448	44.952	9.565
Em 31 de dezembro	(16.899)	(15.081)	(28.093)

A constituição e a baixa da provisão para outras contas a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "provisão para créditos de liquidação duvidosa". Os valores debitados a conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Não houve renegociação de créditos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$ 99,5 milhões (2009: R\$ 102,8 milhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 82,7 milhões), registrado como outras contas a receber, encontra-se vencido, mas não impaired.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$ 16,9 milhões (2009: R\$ 15,1 milhões; 1º de janeiro de 2009: R\$ 12,1 milhões), registrado como outras contas a receber, estavam impaired e provisionados. Os valores individualmente impaired referem-se a estabelecimentos com atraso nos pagamentos há mais de 60 dias. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação destas demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima, não sendo mantido nenhum título como garantia.

d. Valor justo

Os valores justos das contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e contas a pagar a estabelecimentos, aproximam-se do custo amortizado de tais instrumentos devido à sua realização ser de curto prazo.

5.3 Contas a pagar a estabelecimentos

Nesta rubrica estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos, referentes às transações com cartões de crédito, deduzidos as taxas cobradas pelos bancos emissores, pela Companhia e pelas bandeiras. Em 31 de dezembro de 2010 o montante é de R\$ 20,1 bilhões (2009: R\$ 15,4 bilhões; e 1º de janeiro de 2009: R\$ 12,9 bilhões).

8. IMOBILIZADO

	% Taxas anuais	01/01/2009	31/12/2009	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2010
Equipamento captura*	33,3	181.188	182.653	169.674	(93)	-	(127.454)	224.780
Equipamento de rede de processamento	20,0	2.104	3.181	30.514	-	702	(1.403)	32.994
Sistema de processamento de dados	20,0	4.933	7.479	103	-	2.367	(2.760)	7.189
Informática	20,0	3.283	1.956	2.845	(169)	-	(1.340)	3.292
Equipamentos diversos	10,0	3.106	2.904	14	(50)	403	(3.940)	2.877
Veículos	20,0	2.189	1.285	224	(1.168)	-	(77)	264
Móveis e utensílios	10,0	1.622	1.332	122	(187)	1.267	(260)	2.274
Instalações	10,0	2.815	2.519	-	-	-	(357)	2.162
Benefetórias em imóveis	9,5	4.860	2.744	5	209	8.930	(3.285)	8.603
Imobilizado em andamento	-	5.622	15.810	17.029	-	(30.698)	-	2.141
Total		211.722	221.863	220.530	(1.458)	(17.029)	(137.330)	286.576

(* "Equipamentos de captura" referem-se aos equipamentos denominados POS, P00 e Pin Pad, alugados aos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, utilizados na captura das transações eletrônicas efetuadas com cartões de crédito, débito ou cartões benefício. A taxa de depreciação está baseada em relatório técnico emitido por órgão competente, o qual considerou os efeitos da obsolescência tecnológica, uso intensivo e a exposição dos equipamentos à fraude, para o cálculo e estipulação da vida útil do bem.

9. INTANGÍVEL

	% Taxas anuais	01/01/2009	31/12/2009	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2010
Softwares	20,0	11.139	8.868	23.088	-	16.049	(5.832)	42.173
Intangível em andamento	-	-	-	17.960	-	980	-	18.940
Total		11.139	8.868	41.048	-	17.029	(5.832)	61.113

Durante o exercício de 2010 a Companhia investiu significativamente em softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia. Esses investimentos foram necessários para atender as novas bandeiras integrantes do Sistema Redecard. O prazo restante de amortização desses ativos está entre 4 e 5 anos.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

a. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto de renda pessoa jurídica	101.217	116.253	107.529
Contribuição social sobre o lucro líquido	42.056	45.974	41.976
Total	143.273	162.227	149.505

b. Outras obrigações tributárias

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Pis e Cofins	18.499	20.424	20.982
Impostos sobre serviços	2.709	1.815	2.532
Impostos de terceiros retidos na fonte	11.882	9.433	8.940
Total	33.090	31.672	32.454

11. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Redecard é patrocinadora dos Planos de Aposentadoria e Aposentadoria Suplementar administrados pela Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar. A Redecard não é a única patrocinadora desses planos, mas sua adesão a estes planos tem caráter não solidário, ou seja, o custeio e o patrimônio dos Planos de Aposentadoria aos quais a Redecard aderiu são totalmente segregados das demais patrocinadoras. A Redecard responde por 100% do custo do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. Adicionalmente, participa com 50% das contribuições para um plano de benefícios previdenciários aos seus empregados que optarem por esse plano, na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria Suplementar).

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as contribuições para esses planos totalizaram R\$ 6,8 milhões (2009: R\$ 5,8 milhões), sendo assim distribuído: Companhia R\$ 4,2 milhões e funcionários R\$ 2,6 milhões (2009: Companhia: R\$ 3,7 milhões e funcionários: R\$ 2,1 milhões).

Os montantes dos superávits não foram registrados como ativo da Companhia, pois a Administração da Companhia entende não ter impacto relevante para a sua aplicação nas demonstrações de resultado.

Posição patrimonial:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações financiadas	(55.897)	(53.239)	(42.792)
Valor justo dos ativos do plano	60.817	59.677	45.144
Valor presente das obrigações não financiadas	4.919	6.438	2.352
Ativo patrimonial	4.919	6.438	2.352
A movimentação da obrigação de benefício definido é demonstrada a seguir:			
	2010	2009	
Em 1º de janeiro	(53.239)	(42.792)	

REDECARD

Amiga do lojista.



Redecard S.A.

CNPJ nº 01.425.787/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2009, os acionistas aprovaram a criação de Reserva Estatutária de Lucro com a finalidade de suportar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações representativas do capital da Companhia, podendo, ainda, ser utilizada para o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o valor do capital social e será formada com recursos equivalentes a até 60% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2010, valor apresentado na rubrica "Reserva estatutária" é de R\$ 150,9 milhões (2009: R\$ 151,9 milhões; 1º de janeiro de 2009 R\$ 154,0 milhões).

e. Reserva de dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 612,8 (2009: R\$ 708,1) com base no lucro apurado no exercício de 2010, a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas, o qual foi transferido para a reserva "Dividendo adicional proposto", conforme disposto na Deliberação CVM nº 601/2009. Esses dividendos serão reconhecidos no passivo quando houver aprovação em 2011.

f. Ações em tesouraria

Em consonância com as Instruções CVM nºs 10/80, 268/97 e 358/02, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de abril de 2010, renovou a autorização para a Diretoria adquirir, em nome da Companhia, até 5.500.000 (cinco milhões e quinhentas mil) ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Redecard. Competirá à Administração definir a oportunidade e a quantidade a ser efetivamente adquirida, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade desta autorização. Movimentações das ações em tesouraria

Ano	Quantidade		Saldo	Custo médio unitário em R\$
	Compra	Venda		
2009	559.580	420.711	138.869	25,31
2010	362.000	290.421	210.448	26,55

Preço de mercado da ação em 31/12/2010 - R\$ 21,05 conforme pregão da BM&FBovespa.

As movimentações relacionadas às ações em tesouraria foram apenas para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

g. Opções de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações ("Plano"), o qual estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de Ações de emissão da Companhia a seus diretores, estatutários ou não. O referido Plano foi alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2008 e pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15 de abril de 2010.

O Plano tem por objetivo permitir que o Diretor Presidente, os Diretores Estatutários e os Diretores não estatutários da Companhia adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos diretores aos dos acionistas da Companhia; e (c) possibilitar à Companhia manter os seus diretores a ela vinculados a médio e longo prazo.

O Plano vigorará por prazo indeterminado e os acionistas da Companhia, nos termos do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência na outorga ou no exercício da opção de compra de Ações.

O valor justo das opções concedidas, calculado considerando o modelo de precificação das opções, é baseado na aplicação da metodologia *Black & Scholes* e tomando-se como base os preços das ações da Companhia. O ajuste do valor justo é reconhecido como despesa no período em que o direito é adquirido, ou seja, no período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições, e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2008, foi aprovada a outorga de opção de compra de 503.384 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 20,25 (vinte reais e vinte e cinco centavos), equivalente a 75% do preço de emissão das Ações Ordinárias fixado pelo Conselho de Administração, em reunião de 11 de julho de 2007, com base no resultado do procedimento de *bookbuilding* realizado por ocasião da abertura de capital da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2009, foi aprovada a outorga de opção de compra de 1.025.715 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 25,82 (vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) por ação, fixado com base no valor médio do preço da ação nos trinta últimos pregões anteriores à data da outorga.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de maio de 2010, foi aprovada a outorga de opção de compra de 241.163 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 23,55 (vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos) por ação, fixado com base no valor médio do preço da ação nos trinta últimos pregões anteriores à data da outorga e aplicação de desconto de 20%, conforme cláusula 6.1 do Plano.

Para essas opções o valor justo médio ponderado foi determinado com base no método *Black & Scholes*, considerando o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada no preço das Ações da Companhia, o prazo de vida das opções, os dividendos esperados e a taxa de juros utilizada.

Data de outorga	Quantidade outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo	Preço de exercício por ação (R\$)
11/02/2008	503.384	(106.880)	(311.606)	84.898	20,25
11/03/2009	1.025.715	(157.306)	(414.526)	453.883	25,82
17/05/2010	241.163	—	—	241.163	23,55
Total	1.770.262	(264.186)	(726.132)	779.944	

13. LUCROS ACUMULADOS

	Lucro por ação (R\$)
Lucro líquido do exercício	1.394.560
Juros sobre capital próprio pagos em 2009	0,0399 (26.904)
Dividendos intercalares	0,9414 (633.540)
Juros sobre capital próprio creditados em 2009	0,0386 (26.022)
Transferência para reserva de dividendo adicional proposto	1,0524 (708.094)
Em 31 de dezembro de 2009	—
Lucro líquido do exercício	1.399.962
Juros sobre capital próprio pagos em 2010	0,0391 (26.299)
Dividendos intercalares	0,9877 (664.482)
Juros sobre capital próprio creditados em 2010	0,0391 (26.395)
Transferência para constituição da reserva legal	— (69.998)
Transferência para reserva de dividendo adicional proposto	0,9108 (612.788)
Em 31 de dezembro de 2010	—

Assim, considerando os juros sobre capital próprio (JCP) de R\$ 26,4 milhões creditados em dezembro de 2010, o dividendo adicional proposto de R\$ 612,8 milhões e a remuneração intermediária (JCP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 690,8 milhões, a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2010 totalizará a R\$ 1.330,0 milhões (R\$ 1,9767 por ação), representando 95% do lucro líquido do exercício de 2010.

14. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41, Deliberação da CVM 636 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	1.399.962	1.394.560
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	672.731	672.911
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	2,0810	2,0724

15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Conforme o capítulo VI, art. 29, letra b) do Estatuto Social, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios correspondem a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo art. 202, da Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia aprovou, em reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 17 de junho de 2010 e 17 de dezembro de 2010, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), os valores de R\$ 26,3 milhões e 26,4 milhões, respectivamente (2009: R\$ 26,9 milhões e R\$ 26,0 milhões).

Os dividendos pagos em 2010 foram de R\$ 664,5 milhões (2009: R\$ 1.341,6 milhões) aprovados em reunião do Conselho de Administração em 29 de julho de 2010. Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 612,8 milhões, serão propostos para distribuição na próxima Assembleia Geral Ordinária.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi constituída "Reserva de dividendos adicional proposto" no final do exercício (Nota 12.e), ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, quando deliberado o pagamento de dividendos.

16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração determinou um único segmento operacional para os negócios da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria executiva.

A receita gerada pelo segmento operacional reportado é oriunda, da captura e processamento das transações com cartão de crédito e cartão de débito, aluguel dos equipamentos de captura, de outros serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura e roteamento de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*) e cartões *private label* e das receitas financeiras líquidas apuradas com pré-pagamentos efetuados aos estabelecimentos das transações com cartões de crédito. As informações do segmento de negócio, revisada pela diretoria-executiva e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

	31/12/2010	31/12/2009
Receita operacional líquida	2.618.268	2.423.344
Crédito	1.356.659	1.270.770
Débito	396.004	353.024
Aluguel de equipamentos	734.966	690.497
Outros	130.639	109.053
Custo dos serviços prestados	(639.263)	(564.577)
Custo dos serviços prestados	(505.558)	(448.992)
Depreciação e amortização	(133.705)	(115.585)
Margem de contribuição	1.979.005	1.858.767
Resultado financeiro	608.784	594.770
Resultado antes das despesas e receitas operacionais	2.587.789	2.453.537

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2010	31/12/2009
Custos dos serviços prestados:		
Captura e processamento	204.219	250.786
Credenciamento e atendimento ao cliente	301.339	198.206
Encargos de depreciação e amortização	133.705	115.585
Total	639.263	564.577

18. DESPESAS OPERACIONAIS

a. Pessoal

	31/12/2010	31/12/2009
Salários e benefícios	145.150	101.841
Encargos sociais	60.086	45.240
Outros	11.806	8.601
Total	217.042	155.682
Número de empregados	1.455	793

b. Administrativas

	31/12/2010	31/12/2009
Prédios	16.226	12.002
Serviços contratados	34.529	33.320
Manutenção de TI	29.336	20.321
Processamento de dados	17.008	15.881
Telefonia corporativa	12.132	7.860
Viagens e representações	8.086	4.978
Outras	16.255	8.762
Total	133.572	103.124

c. Outras despesas operacionais

	31/12/2010	31/12/2009
Parcerias com bancos domiciliadores	15.067	—
Incentivos fiscais - Lei Rouanet, FUMCAD e Desportivo	16.941	17.099
Depreciação e amortização	9.457	9.725
Reversão de provisões	—	(5.507)
Outras	4.501	1.165
Total	45.966	22.482

19. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	904.021	753.309
Outras receitas financeiras	18.808	11.576
Despesas financeiras	(314.045)	(170.115)
Resultado financeiro	608.784	594.770

20. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do IR e CSLL	2.077.005	2.069.398
IR e CSLL à alíquota nominal de 34%	706.182	703.595
Despesas não dedutíveis	1.054	1.734
Patrocínios Culturais da Lei Rouanet e Doações ao Estatuto da Criança e do Adolescente	(10.986)	(11.469)
Benefício fiscal sobre juros sobre o capital próprio	(17.916)	(17.994)
Incentivo fiscal por inovação tecnológica	(1.169)	(939)
Outros incentivos (PAT)	(122)	(89)
Total	677.043	674.838
Alíquota efetiva do IR e CSLL	32,60%	32,61%

21. CONTINGÊNCIAS

a. Ativo contingente

A Companhia não possui ativo contingente.

b. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

As provisões, segundo julgamento da Administração da Companhia e com base na opinião de seus consultores legais, foram constituídas em montantes considerados adequados à cobertura de eventuais perdas, sendo reavaliadas periodicamente.

Os "depósitos judiciais em garantia" vinculados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários, estão demonstrados no "Ativo não circulante", no grupo "Realizável a longo prazo" no montante de R\$ 14.292 (2009: R\$13.330; 1º de janeiro de 2009: R\$ 12.421).

c. Composição dos passivos contingentes provisionados

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contingências cíveis	10.810	7.216	7.343
Contingências trabalhistas	7.136	6.722	8.316
Contingências tributárias	7.016	7.016	13.055
Total	24.962	20.954	28.714

Os montantes acima mencionados foram calculados considerando os pedidos efetuados pelos autores em cada uma das ações ou pelo montante dos tributos não recolhidos pela Companhia sob garantia de medidas judiciais concedidas para a Companhia, todos atualizados monetariamente e computados os juros quando devidos.

d. Movimentação das provisões

	31/12/2009	Adições	Baixas	31/12/2010
Contingências cíveis	7.216	4.286	(692)	10.810
Contingências trabalhistas	6.722	1.811	(1.397)	7.136
Contingências tributárias	7.016	—	—	7.016
Total	20.954	6.097	(2.089)	24.962

e. Provisões tributárias

1. Suspensão da exigência da contribuição para o PIS e para a COFINS, calculada no método "não-cumulativo" às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. A Companhia passou a efetuar depósito judicial dos valores apurados mensalmente. O valor acumulado dos depósitos judiciais e respectiva provisão em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 6,4 milhões (2009: R\$ 6,4 milhões).

2. Execução fiscal referente a débito sobre o "PIS Repique" de 1999, por montante declarado em Declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) e não tendo sido localizado o respectivo recolhimento. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2010 é de aproximadamente R\$ 0,6 milhão (2009: R\$ 0,6 milhão).

f. Passivo contingente - perda possível

1. Por meio de auto de infração lavrado em 11 /07/2008, a Receita Federal constituiu crédito tributário de PIS e COFINS acrescidos de multa de ofício e juros de mora no valor total de R\$ 372,0 milhões, sob o argumento de que a Companhia não teria efetuado o recolhimento desses tributos sobre as receitas relativas ao recebimento antecipado de vendas no período de 31/08/2004 a 31/05/2008. Em 31 de dezembro de 2010 o valor total é de R\$ 477,9 milhões (2009: R\$ 435,6 milhões). Por tratar-se de um desconto obtido mediante pagamento antecipado de uma dívida da Companhia em favor do estabelecimento contratante, a Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, está sujeita no período objeto da autuação à alíquota de 0% tanto para o PIS como para a COFINS. O Fisco, por outro lado, nega a natureza jurídica de receita financeira destes descontos, classificando-os como receita decorrente de prestação de serviços e, em consequência, exigindo a tributação correspondente. Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia tomou ciência da decisão de primeira instância administrativa que manteve integralmente o lançamento tributário, sendo que a Companhia interpôs o competente recurso voluntário contra a referida decisão. O processo tramita atualmente no Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

2. Por meio de auto de infração lavrado em 06 de maio de 1999, a Secretaria de Finanças do Município do Rio de Janeiro constituiu crédito tributário no valor total de R\$ 1,2 milhão, sob o argumento de que a Companhia teria recolhido, intempestivamente, o imposto sobre serviços de (ISSQN) relativo à competência de dezembro de 1997 e de que não teriam emitido notas fiscais de serviços correspondentes ao período de novembro de 1996 a novembro de 1997. Em 02 de junho de 1999 a Redecard apresentou impugnação ao auto de infração, julgada improcedente em 05 de fevereiro de 2010, pela Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários daquele município. Em 03 de agosto de 2010 a Redecard apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro, requerendo o cancelamento do auto de infração, por entender (i) improcedente a aplicação de multa pela não emissão de nota fiscal tendo em vista a caracterização de denúncia espontânea, em razão da apresentação de pedido de regime especial em agosto de 1997 e (ii) equivocada a base de cálculo utilizada pelo fisco municipal para cálculo da multa. Em 31 de dezembro de 2010 o valor total é de R\$ 6,7 milhões. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

3. Por meio de notificação de lançamento lavrada em 08 de abril de 2010, a Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Salvador, Bahia, constituiu crédito tributário no valor total de R\$ 2,9 milhões, por suposta infração da Companhia em razão da não tributação do ISSQN incidente sobre as receitas financeiras decorrentes das antecipações de vendas. A Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, não está sujeita à incidência de ISSQN. Em dezembro de 2010 a Companhia tomou ciência do teor da referida notificação de lançamento e apresentou a devida impugnação. Em 31 de dezembro de 2010 o valor total atualizado é de R\$ 8,5 milhões. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

4. Por meio de auto de infração eletrônico de 09 de abril de 2007, a receita federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 0,6 milhão por suposta insuficiência de acréscimos legais decorrentes de pagamento de tributo após o vencimento. A Companhia impugnou o auto de infração em 27 de abril de 2007, não conhecido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme decisão de 25 de fevereiro de 2010, que entendeu que o mérito da questão já estaria sendo discutido em sede de mandado de segurança. A Companhia impetrou mandado de segurança em maio de 2006, em decorrência do recebimento, em 28 de março de 2006, de Termo de Notificação Eletrônica. Impossibilitada de impugnar o referido termo, a segurança teve por objetivo impedir a inscrição em dívida ativa e a cobrança por intermédio de execução fiscal. A Companhia, por entender não haver concomitância entre o mandado de segurança e o auto de infração, interpôs recurso em abril de 2010 perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ainda não julgado. Em 31 de dezembro de 2010 o valor total é de R\$ 1,2 milhão. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

g. Ações de órgãos governamentais

Em maio de 2009 a ABRANET - Associação Brasileira dos Provedores de Acesso Serviços e Informações da Rede de Internet ofertou representação perante a Secretaria de Direito Econômico - SDE, acusando a Companhia pela inclusão de cláusulas e condições comerciais alegadamente injustificáveis e anticoncorrenciais, constantes de minuta do novo contrato de credenciamento, proposto pela Redecard às empresas denominadas intermediadoras. A Secretaria de Direito Econômico, com base na representação, instaurou processo administrativo para apurar denúncias de supostas infrações à ordem econômica e aplicou Medida Preventiva contra a Redecard, em julho de 2009, no sentido de impedir a adoção de determinadas cláusulas contratuais. A Redecard apresentou sua defesa em agosto de 2009,

refutando as alegações da ABRANET. Posteriormente, a SDE iniciou a fase instrutória do processo e passou a realizar diversas diligências nesse sentido. Em 05 de janeiro de 2010, foi junta da a petição da Redecard requerendo a expedição de ofícios para a MasterCard e os intermediadores, com a finalidade de comprovar o quanto alegado em sede de defesa. Em 02 de fevereiro de 2010 os autos foram remetidos para a Secretaria de Acompanhamento Econômico, para análise e eventual manifestação sobre o feito, não havendo resposta até o presente momento. O processo continua em trâmite na SDE. A Administração da Companhia entende não ser necessária qualquer provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos, tendo em vista as perspectivas de êxito consideradas como possíveis. Caso a Companhia seja condenada pelo CADE, estará sujeita à imposição de multa, prevista no art. 23, inciso I da Lei 8.884/94.

22. COMPROMISSOS



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela companhia

A Companhia aplicou exceção obrigatória na aplicação retrospectiva relativamente a estimativas. As estimativas segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As outras exceções obrigatórias no IFRS 1 não se aplicaram à Companhia.

d. Descrição das principais diferenças entre as normas internacionais de contabilidade (IFRS) suportadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aquelas apresentadas pela companhia segundo as normas brasileiras de contabilidade vigentes à época

i) Lucro por ação:

As entidades de capital aberto devem divulgar o lucro por ação básico e diluído na demonstração do resultado (Nota 19).

O lucro básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

ii) Reclassificações no balanço patrimonial:

- Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos classificados como circulante foram integralmente reclassificados como não circulante;
- Os dividendos propostos pela Administração, apresentados no passivo circulante na rubrica "Dividendos", foram reclassificados para o patrimônio líquido para serem deliberados e aprovados na Assembleia Geral Ordinária (Nota 20).

iii) Reclassificações na demonstração do resultado:

O valor apresentado na Demonstração de Resultado na rubrica "Provisão para participação nos resultados", foi reclassificado para o grupo Despesas e Receitas Operacionais na rubrica "Pessoal".

A Receita Operacional Líquida é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber, reduzida por impostos indiretos incidentes sobre os serviços, dos cancelamentos e dos abatimentos, de acordo com o CPC 30 e Deliberação CVM nº 597.

Como resultado dessas reclassificações as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) suportadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aquelas apresentadas pela Companhia segundo as normas brasileiras de contabilidade vigentes à época, podem ser apresentadas como segue:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2009 (em milhares de reais)

Ativo	BR GAAP antigo	Efeito da transição para IFRS e CPCs	Nota	IFRS e CPCs	Passivo Circulante	BR GAAP antigo	Efeito da transição para IFRS e CPCs	Nota	IFRS e CPCs
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	125.340	-		125.340	Contas a pagar a estabelecimentos	12.906.968	-		12.906.968
Contas a receber de bancos emissores	14.156.912	-		14.156.912	Valores a repassar às bandeiras	33.064	-		33.064
Outras contas a receber	82.732	-		82.732	Fornecedores	13.589	-		13.589
Adiantamento a terceiros e funcionários	5.191	-		5.191	Obrigações trabalhistas	42.030	-		42.030
IRPJ e CSLL diferidos	27.736	(27.736)	25.d	-	Obrigações tributárias	181.959	-		181.959
Despesas antecipadas	1.650	-		1.650	Empréstimos e financiamentos	194.546	-		194.546
Total ativo circulante	14.399.561	(27.736)		14.371.825	Dividendos	464.214	(464.214)	25.d	-
Não circulante					Juros sobre capital próprio	17.868	-		17.868
Realizável a longo prazo					Outras contas a pagar	38.692	-		38.692
IRPJ e CSLL diferidos	9.763	27.736	25.d	37.499	Total passivo circulante	13.892.930	(464.214)		13.428.716
Depósitos judiciais	12.421	-		12.421	Não circulante				
Imobilizado	211.722	-		211.722	Provisões para contingências	28.714	-		28.714
Intangível	11.139	-		11.139	Total passivo não circulante	28.714	-		28.714
Total ativo não circulante	245.045	27.736		272.781	Patrimônio líquido				
Total do ativo	14.644.606			14.644.606	Capital social	473.551	-		473.551
					Reserva de lucros	248.710	464.214	25.d	712.924
					Plano de opção de ações	701	-		701
					Total do patrimônio líquido	722.962	464.214		1.187.176
					Total do passivo e do patrimônio líquido	14.644.606			14.644.606

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (em milhares de reais)

Ativo	BR GAAP antigo	Efeito da transição para IFRS e CPCs	Nota	IFRS e CPCs	Passivo Circulante	BR GAAP antigo	Efeito da transição para IFRS e CPCs	Nota	IFRS e CPCs
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	131.088	-		131.088	Contas a pagar a estabelecimentos	15.446.731	-		15.446.731
Contas a receber de bancos emissores	16.904.115	-		16.904.115	Valores a repassar às bandeiras	37.302	-		37.302
Outras contas a receber	102.765	-		102.765	Fornecedores	22.640	-		22.640
Adiantamento a terceiros	433	-		433	Obrigações trabalhistas	39.831	-		39.831
IRPJ e CSLL diferidos	34.904	(34.904)	25.d	-	Obrigações tributárias	193.899	-		193.899
Despesas antecipadas	34.703	-		34.703	Empréstimos e financiamentos	186.958	-		186.958
Total ativo circulante	17.208.008	(34.904)		17.173.104	Dividendos	708.094	(708.094)	25.d	-
Não circulante					Juros sobre capital próprio	22.204	-		22.204
Realizável a longo prazo					Outras contas a pagar	61.492	-		61.492
IRPJ e CSLL diferidos	7.124	34.904	25.d	42.028	Total passivo circulante	16.719.151	(708.094)		16.011.057
Depósitos judiciais	13.330	-		13.330	Não circulante				
Imobilizado	221.863	-		221.863	Provisão para contingências	20.954	-		20.954
Intangível	8.868	-		8.868	Total passivo não circulante	20.954	-		20.954
Total ativo não circulante	251.185	34.904		286.089	Patrimônio líquido				
Total do ativo	17.459.193			17.459.193	Capital social	473.551	-		473.551
					Reservas de lucros	246.617	708.094	25.d	954.711
					Ações em tesouraria	(3.514)	-		(3.514)
					Plano de opção de ações	2.434	-		2.434
					Total do patrimônio líquido	719.088	708.094		1.427.182
					Total do passivo e do patrimônio líquido	17.459.193			17.459.193

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (em milhares de reais)

	BR GAAP antigo	Efeito da transição para IFRS e CPCs	Nota	IFRS e CPCs		BR GAAP antigo	Efeito da transição para IFRS e CPCs	Nota	IFRS e CPCs
Receita operacional	2.642.061	(218.717)		2.423.344	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.940)	-		(31.940)
Crédito	1.389.436	(118.666)		1.270.770	Outras despesas	(12.757)	-		(12.757)
Débito	385.989	(32.965)		353.024	Resultado antes do resultado financeiro	1.500.974	(26.555)		1.474.419
Aluguel de equipamentos	747.400	(56.903)		690.497	Resultado financeiro	594.770	-		594.770
Outros	119.236	(10.183)		109.053	Receitas financeiras	764.885	-		764.885
Deduções da receita bruta	(218.717)	218.717		-	Despesas financeiras	(166.087)	-		(166.087)
ISS	(17.562)	17.562		-	Outras despesas financeiras	(4.028)	-		(4.028)
PIS	(35.896)	35.896		-	Resultado operacional	2.095.744	(26.555)		2.069.189
COFINS	(165.259)	165.259		-	Outras receitas	209	-		209
Receita operacional líquida	2.423.344	-		2.423.344	Lucro antes da contribuição social, imposto de renda e das participações	2.095.953	(26.555)		2.069.398
Custo dos serviços prestados	(564.577)	-		(564.577)	Imposto de renda e contribuição social	(674.838)	-		(674.838)
Custo dos serviços prestados	(448.992)	-		(448.992)	Corrente	(679.367)	-		(679.367)
Depreciação e amortização	(115.585)	-		(115.585)	Diferido	4.529	-		4.529
Lucro bruto	1.858.767	-		1.858.767	Resultado antes das participações	1.421.115	(26.555)		1.394.560
Despesas e receitas operacionais	(357.793)	(26.555)		(384.348)	Provisão para participação nos resultados	(26.555)	26.555	25.d	-
Pessoal	(129.127)	(26.555)	25.d	(155.682)	Lucro líquido do exercício	1.394.560	-		1.394.560
Administrativas	(103.124)	-		(103.124)	Lucro líquido por ação - Básico/Diluído - R\$	2,0724	-	25.d	2,0724
Marketing	(71.120)	-		(71.120)					
Depreciação e amortização	(9.725)	-		(9.725)					

A Diretoria

Contador: Manoel Henriques Corrêa - CRC 1SP183507/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O atual modelo do Comitê de Auditoria ("O Comitê") da Redecard S.A. foi instituído dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender, plenamente, as exigências do Novo Mercado. Essa atualização ocorreu, simultaneamente, com a adaptação do Estatuto Social da Companhia, em 23 de abril de 2007, para sua transformação em "empresa aberta".

O presente Comitê é composto por 3 membros eleitos em 29 de abril de 2010, sendo 2 membros diretores de auditoria do acionista controlador, (um deles o presidente), e o outro membro apontado entre os profissionais totalmente independente. Todos os membros do presente Comitê são especialistas financeiros.

Compete ao Comitê avaliar a qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Redecard S.A., o cumprimento e efetividade dos sistemas de controle interno, a observação das normas e regimentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, do sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações contábeis, pelo planejamento e execução das auditorias, conforme normas reconhecidas, bem como, responsável pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs), enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A Auditoria Interna desenvolve sua atuação observando, principalmente, o gerenciamento de riscos, cobertura nas áreas que representam risco mais elevado e apoio ao Comitê de Auditoria.

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê realizou 11 reuniões durante o exercício de 2010, cabendo destacar os seguintes aspectos:

- acompanhamento do processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, incluindo, trabalhos de outras empresas de auditoria externa, que não o auditor principal (PWC), e da aprovação de seu Programa Anual de Trabalho relativos aos exercícios de 2010 e 2011;
- discussão e avaliação das políticas de independência dos Auditores Independentes e acompanhamento do seu cumprimento, considerando-as adequadas;
- conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos dos Auditores Independentes para o exercício de 2010, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações reportadas em reuniões, e acompanhamento das providências adotadas pela Administração;
- acompanhamento do sistema de controle interno, de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes, como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes, e nos trabalhos dos comitês internos pertinentes, avaliou-se positivamente a efetividade dos sistemas de controle interno;
- acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, notadamente, mediante reuniões com os administradores, auditores externos e internos para

discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010;

- acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade direta do Comitê pelo recebimento e apuração de qualquer denúncia ou suspeita de violação ao Código de Conduta da Redecard, garantindo assim a confidencialidade e independência do processo e fortalecendo os princípios de transparência.
- o Comitê reuniu-se com os principais executivos da Companhia, em várias ocasiões, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Auditor Independente PricewaterhouseCoopers e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. Reuniu-se também, com estes mesmos Auditores, para discussão dos informes trimestrais (ITRs) submetidos a sua revisão, previamente, a sua liberação para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

CONCLUSÃO

Com base nas ações desenvolvidas, diretamente pelo Comitê, bem como, fundamentado nas revisões e avaliações, anteriormente mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras auditadas da Redecard S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2011

Ricardo Baldin

Wagner Roberto Pugliese

Antonio Carlos Rovai

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Redecard S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Redecard S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redecard S.A. em 31 de dezembro de 2010,

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2011

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4